

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 29, DE 2007

Fixa critérios para o dano moral.

Autor: Conselho de Defesa Social de
Estrela do Sul - CONDESESUL

Relator: Deputado SILVIO LOPES

I - RELATÓRIO

Trata-se de sugestão apresentada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL, sugerindo elaboração de PL para reger a concessão de indenização por dano moral.

Entre outros, pretende estabelecer que o dano moral terá como parâmetro o dano material e o destino do valor obtido como indenização seja destinado ao Fundo de Combate à Pobreza. Se o valor da indenização for considerado como ressarcimento pessoal e a ação for julgada improcedente, o perdedor pagará multa de 100% (cem por cento) sobre o valor pedido, valor que será destinado ao Fundo mencionado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Apresentamos a seguir as principais propostas constantes de sugestão e nosso ponto de vista a respeito.

. Não há como equiparar dano moral a dano patrimonial, pois os bens atingidos pela ação danosa são de natureza diferentes.

. Não há como destinar o valor de indenização por dano moral a outra entidade que não seja o ofendido. A destinação ou Fundo corresponderia a uma verdadeira expropriação.

. Estabelecer o valor de 100% (cem por cento) como valor de sucumbência, fere o princípio da proporcionalidade, não podendo ser aceito no ordenamento jurídico.

Por último, deve-se esclarecer que vários PLs circulam pelo Congresso Nacional a respeito, não sendo adequado, em princípio, apresentar mais um.

As sugestões apresentadas revelam-se, pois, impertinentes para elaboração de PL, motivo pela qual o nosso voto é pela **rejeição** da Sugestão nº 29, de 2007, do CONDESESUL.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado SILVIO LOPES
Relator